



PATRÍCIA MACEDO MOSTAFA DE MORAES

AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR PARA A
CONSOLIDAÇÃO DE UM COLEGIADO AUTÔNOMO, PARTICIPATIVO
E DESCENTRALIZADO SUBJACENTE AOS PARADIGMAS DA
CONTEMPORANEIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

BELO HORIZONTE

2010

PATRÍCIA MACEDO MOSTAFA DE MORAES

AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM
COLEGIADO AUTÔNOMO, PARTICIPATIVO E DESCENTRALIZADO SUBJACENTE
AOS PARADIGMAS DA CONTEMPORANEIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG), como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Escolar. Orientadora:
Profª Mirian Queiroz de Souza Daniel

BELO HORIZONTE, 2011

A sociedade brasileira exige uma escola democrática e autônoma. O colegiado escolar contribui para formação da consciência crítica dessa escola e sua instituição é fundamental no processo de mudança da educação do País.

(GADOTTI, 1992)

Dedico este trabalho à minha filha Yasmin, meu esposo Cristiano, minha mãe Neuza e meu pai Jihad, sempre presente, por serem pessoas maravilhosas que me impulsionaram a buscar a cada momento da minha vida novas experiências. Agradeço por terem concedido a mim a oportunidade de realizar a conclusão de mais um nível de ensino, valorizando assim a profissão que escolhi.

À minha Orientadora Profª. MIRIAN DANIEL pelo incentivo, compreensão, dedicação e presteza no auxílio às atividades de todo o curso, não perdendo em momento algum o foco de multiplicar seus conhecimentos, ensinando a todos a importância do empenho no desenvolvimento das questões. Aos demais coordenadores, professores e funcionários da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – FACULDADE DE EDUCAÇÃO que não pouparam esforços para suprir as dificuldades dos alunos perante os problemas.

Aos colegas de turma pelas trocas de experiências. À minha família pela prontidão em ajudar e compreensão nos momentos de ausência. A DEUS que sempre ilumina meu caminho, proporcionando-me forças nas buscas de oportunidades.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	8
3 OBJETIVOS.....	9
3.1 OBJETIVO GERAL.....	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
4 JUSTIFICATIVA.....	10
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	11
6 METODOLOGIA.....	14
7 CONCLUSÃO.....	15
8 REFERENCIAIS.....	16

1 INTRODUÇÃO

A abertura política no Brasil suscitou no povo o desejo de forte participação e autonomia nas decisões que levou a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 avançar na direção de uma sociedade mais democrática em todos os seus setores (BRASIL, 1988). Na educação, surgiu o desejo de reverter a crise na gestão administrativa pela substituição de processos gestores mais participativos: um gestão democrática provocadora de propostas significativas do sistema educacional.

Assim, a democratização da Gestão Escolar passa a ser uma área do saber importante nas questões administrativas e gerenciais no contexto escolar bem como os processos pedagógicos e de relações interpessoais. Com os novos paradigmas do processo de Gestão Escolar, surgem mudanças nas estruturas de poder, tornando-as menos hierarquizadas, ensejando a descentralização da administração e socialização nas tomadas de decisões. Então, pergunta-se como o Colegiado Escolar pode ser um elemento fundamental na Gestão Democrática e Autônoma da Instituição Escolar? Qual o papel do gestor escolar na consolidação de um Colegiado autônomo, descentralizado e participativo.

Para responder a essas indagações é preciso pesquisar na literatura específica os principais autores que abordam esse tema, percebendo a Gestão Escolar como um processo participativo e democrático na escola. Segundo a SEE/MG (2006., p. 37), é na definição do trabalho do gestor que se configuram as formas mais amplas de organização pedagógica no interior da escola; em cujas finalidades, estruturas e procedimentos se efetivam a proposta pedagógica da instituição escolar. Nesse sentido, torna-se necessário lidar com temas e políticas públicas da contemporaneidade que possam trazer à tona novos componentes da prática educativa e nesse particular, pode-se citar o Colegiado Escolar, como uma entidade importante na resolução dos problemas escolares, garantindo, dessa forma, que o processo da gestão democrática seja articulado com todo o coletivo da entidade.

De acordo com Arroyo (1998) a formação do docente é um direito que precisa ser amplamente divulgado, com vistas a garantia do trabalho pedagógico:

As preocupações com a formação docente têm se concentrado nas análises e estudos que dizem respeito à elevação da qualidade da escola e do professor, requalificando-o como profissional, tornando-o mais eficiente no domínio dos conteúdos curriculares, as metodologias de ensino e nos mecanismos de avaliação até torná-lo mais competente na gestão da escola e de seus poucos recursos. Para atingir essas metas, remodelam-se os cursos de magistérios, pedagogia, licenciatura e gestão escolar e investe-se na formação em serviços e em políticas públicas. (ARROYO, 1998, p. 20)

Convém ressaltar que nessas inovações propaladas por Arroyo (1998) podem se incluir a nova gestão do Colegiado Escolar, as políticas públicas e as mudanças subjacentes ao fazer pedagógico, no sentido de tornar a instituição escolar um espaço agradável de construção do saber, de interações e de ciclos afetivos, mudando os continuuns do autoritarismo, para um processo democrático e interativo em que o aluno seja o cerne desse momento.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No contexto da contemporaneidade, a participação da comunidade deve ser garantida em todos os momentos do processo de tomada de decisões na escola, caso seus representantes sejam eleitos membros de um Colegiado e que tenha representatividade junto à comunidade escolar. Embasando-se nessa afirmação, questiona-se como a Gestão Escolar pode legar subsídios para a construção de um Colegiado autônomo e eficaz melhorando a instituição no sentido de torná-la democrática, descentralizada e participativa. Como as políticas públicas podem garantir que o Colegiado Escolar se efetive, tornando um instrumento de decisão democrática, fazendo juz ao cumprimento da legalidade do regimento escolar?

1.3- OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Entender os parâmetros utilizados para atuação dos agentes do Colegiado Escolar no aprendizado da participação, através da prática democrática, vivenciada no interior da escola, por meio de decisões construídas coletivamente, tendo aval dos pressupostos da Gestão Escolar.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Acompanhar e fazer reflexões sobre os recursos aplicados à educação, bem como, a aprovação das verbas;
- Analisar como são as reuniões pedagógicas da escola;
- Fazer reflexões de valorização do Colegiado Escolar para que ele participe e co-participe dos acontecimentos cotidianos, buscando soluções para a Gestão Administrativa e Pedagógica;
- Estudar os princípios da Gestão Escolar que assegurem o comprometimento e a responsabilidade dos membros do Colegiado de forma democrática.

1.4- JUSTIFICATIVA

Há várias possibilidades de a participação do gestor escolar acontecer na escola de forma democrática. Uma delas ocorre por meio da criação e da consolidação dos colegiados, os quais revelam o poder e co-gestão no trabalho escolar. Dessa forma, a gestão escolar se torna um processo participativo no contexto da instituição, visto que passa a ser compreendida como meio capaz de possibilitar mais envolvimento de todo o coletivo escolar: professores, especialistas da educação, funcionários, gestores, alunos, pais e segmentos da comunidade. Todos esses atores passam a ter uma tomada de decisões na prática cotidiana pedagógica e conseqüentemente tornando a escola um espaço democrático, participativo e inclusivo.

Nesse sentido, a democratização da instituição escolar implica, além de um trabalho centrado na formação plena do cidadão, a atuação efetiva nas instâncias dos colegiados, os quais permitem a participação efetiva de todos os segmentos escolares. Logo esse processo se torna um importante papel na gestão escolar constituindo-se em uma abertura democrática para a complexidade do processo ensino-aprendizagem.

Machado (2003) ao ressaltar sobre a importância do Colegiado Escolar revela o seguinte:

O colegiado é uma instituição para tratar dos problemas de ordem corporativista ou para resguardar interesses pessoais de segmentos ali representados ou para suscitar competitividade de poder. Ele abre um campo fértil para uma nova prática de fazer e viver a educação onde haverá a necessidade de negociar, de compartilhar responsabilidades, de avaliar alternativas antes da tomada coletiva de decisões, sem perder de vista seu objetivo maior que é o acesso ao saber, a formação da consciência crítica do educando e o desenvolvimento da cidadania. (MACHADO, 2003, p. 27)

A partir do momento em que a ação colegiada é institucionalizada na escola, a liderança, até então exercida pelo gestor escolar deixa de ser solitária e independente

e passa a ter parceria com a comunidade escolar. Portanto, não há mais espaços para decisões arbitrárias isoladas, visto que a liderança assume um papel democrático.

Os conflitos dessa fase de aprendizado passam a ser considerados como naturais e servem como fator de amadurecimento e de busca de soluções. Para Gadotti (1992, p. 38) as dificuldades não devem servir como motivo de acomodação, resistência ou de derrotismo, mas sim como desafio a serem encarados a favor da autonomia da escola.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário estudar o papel da Gestão Escolar na viabilização de um Colegiado Autônomo e Democrático. Sendo assim recorta-se o tema: “AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM COLEGIADO AUTÔNOMO, PARTICIPATIVO E DESCENTRALIZADO SUBJACENTE AOS PARADIGMAS DA CONTEMPORANEIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS”, no sentido de construir um projeto de pesquisa que será apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

A função do gestor escolar no tocante ao Colegiado está relacionada ao verbo coordenar. Segundo Ferreira (1988, p. 177) “coordenar vem do latim *coordinare*, dispor de acordo com certa ordem e método, arranjar, organizar, ligar, ajuntar por coordenação”.

Dessa forma, a função subjacente a esse profissional da educação quando se situa a discussão no campo pedagógico, ela remete a uma outra dimensão. Por isso, há necessidade de um outro olhar a respeito do sentido do vocábulo coordenação tendo em vista em seu cotidiano e os demais membros da equipe gestora que lidam com diferentes fundamentos, com diferentes desigualdades e conflitos, aspectos constitutivos das relações que se estabelecem entre os participantes dos diversos Colegiados Escolares. Citando Brasil (2009, p. 89), constata-se que:

Ao coordenar a atuação dos colegiados escolares, o gestor acaba se configurando em um agente de transformação, assumindo o papel de estimulador e catalizador de ações que fortaleçam as atividades no interior da escola e promovam o estreitamento das relações dessa instituição com a comunidade.

De acordo com Almeida (2005, p. 6), nesse contexto esse profissional da educação deve contribuir para a melhoria do ensino, fazendo com que os eventos organizados e propostos pelos Colegiados funcionem. Para tal, os membros do Colegiado devem incentivar o compromisso do coletivo dos profissionais da instituição escolar com vistas a melhorar o ensino-aprendizagem dos discentes. Logo, “o diálogo com cada um e a realização de todas as atividades propostas com planejamento antecipado também contribui para a melhoria desse processo”. E nesse particular, a atuação do gestor escolar é imprescindível para tornar a escola um espaço democrático, aberto à discussões.

Nesse sentido, a passagem de uma Gestão Escolar autoritária para uma democrática e participativa exige conforme Teixeira (2000, p. 35) que a escola crie recursos e mecanismos eficientes que permita a implantação de novas idéias pedagógicas e administrativas surgidas no coletivo da instituição escolar. Dessa forma, é conveniente citar Weffort (1995, p. 108), autor para quem: “a população por ter sido alijada da escola e do direito de participação social mais ampla, se intimida frente ao conhecimento técnico, administrativo e profissional de professores e especialistas e isto não é normal”. Então, cabe ao gestor escolar, profissional da educação responsável para quebrar esse *contínuuns*, contribuindo para que a participação de representantes dos vários segmentos nos colegiados faz com que todos se sintam co-responsáveis pela gestão da escola, mais comprometidos com a tarefa educativa e sendo protagonistas do trabalho pedagógico e parceiros na busca das soluções dos problemas escolares.

Por isso, a participação da comunidade escolar nos colegiados mostra resultados bastante positivos e contribui para que a instituição escolar se torne democrática, cooperativa e inclusiva. Conforme Brasil (2009) esse processo se caratiza da seguinte maneira:

À medida que a comunidade participa dos colegiados e ajuda a construir a autonomia da escola, os vários segmentos podem se sentir mais responsáveis pelos trabalhos dessa instituição. Essa participação aumenta nos atores escolares a necessidade de prestarem contas do próprio trabalho do colegiado do qual participa, bem com o do trabalho pedagógico como um todo à comunidade atendida pela escola. (BRASIL, 2009, p. 93)

Autores como Rodrigues (1985), Machado (1993), Apple e Beane (1997), ressaltam a importância da implantação de uma gestão democrática e autônoma na escola pública. Essa estratégia compreenderia vários aspectos fundamentais, mas, principalmente, a participação de todos os segmentos da escola, inclusive a comunidade com ela relacionada. Esse novo processo dá oportunidade de coletivamente todos os membros definirem o projeto pedagógico da gestão administrativa, assegurando a chance de escolherem o gestor e os integrantes dos órgãos colegiados, permitindo-lhes participar de todas as decisões importantes que afetam o cotidiano escolar.

A abertura de um processo participativo no sistema de ensino depende do envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar: gestor, professores, especialistas, alunos, funcionários e pais, pois o processo é algo que se constrói no cotidiano, na medida em que as pessoas, envolvidas nessa construção coletiva desenvolvam um amadurecimento gradativo em termos de responsabilidade, competência e de união para fazer valer as decisões conjuntas em prol de “querer mudar para que as coisas mudem” (MIRANDA, 1991, p. 72).

Finalizando, é conveniente citar Teixeira e Oliveira (2002, p. 59), autoras para quem:

O colegiado escolar tem sido redimensionado dentro de uma nova estrutura das escolas públicas, ganhando funções deliberativas e consultivas nos campos pedagógicos, administrativos e financeiros. Tornou-se uma instituição importante para organizar e democratizar a participação dos pais, professores, especialistas e funcionários na gestão das escolas, viabilizando maior entrosamento entre as famílias e a comunidade escolar.

E nesse tocante, a gestão escolar, consoante Gadotti (1992, p. 28), tem um papel imprescindível de revitalizar o papel das instituições escolares, tornando-as autônomas, participativas e democráticas e, conseqüentemente, o Colegiado Escolar inclui-se nesse contexto. E, nesse particular, surge uma gestão compartilhada mudando as mediações das relações de poder no âmbito da instituição escolar. Assim, a partir da criação das instâncias colegiadas a escola torna-se um local autônomo, permitindo aos professores, gestores, alunos, funcionários e vários segmentos da comunidade serem co-autores do processo pedagógico, assumindo, por essa razão, um papel ativo sobre as tomadas de decisões no contexto escolar.

1.6 METODOLOGIA

Primeiramente recortou-se o tema: “AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM COLEGIADO AUTÔNOMO, PARTICIPATIVO E DESCENTRALIZADO SUBJACENTE AOS PARADIGMAS DA CONTEMPORANEIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS”, no sentido de construir um projeto de pesquisa que será apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Em seguida, será realizada uma pesquisa bibliográfica, embasando-se nos principais autores da literatura específica que abordam esse assunto.

Após várias leituras e análise do cotidiano escolar, pode-se perceber que o gestor escolar tem grande responsabilidade a cumprir já que é o gestor da dinâmica social, e é um dos responsáveis pelo incentivo das iniciativas inovadoras, elaboração diária de planos visando à melhoria da escola, gerenciamento de recursos financeiros e humanos, mediador da participação da comunidade na escola, entre outros. Para isso cabe ao gestor saber equilibrar todos os problemas, delegar e liderar, estabelecendo coletivamente metas e prazos para as ações propostas entre os colaboradores, através da constatação dos problemas e o levantamento das

origens e conseqüências. Com a intensificação da autonomia da escola, a cada uma cabe seu papel político na construção do ambiente educacional e promoção da formação dos alunos. Portanto é de grande importância que haja dentro das escolas uma gestão democrática que é o resultado de um processo pedagógico coletivo.

1.7 CONCLUSÃO

A educação se defronta com uma complexidade de problemas tanto de natureza socioeconômica como de diversidade cultural e de valores. Mesmo com a educação tendo se colocado cada vez mais como estratégia privilegiada do desenvolvimento, ainda enfrenta desafios que poderão ser vencidos, com o empenho de todos os envolvidos assumindo seu papel no sistema educacional, como a elevação da qualidade da educação e estruturação dos sistemas educacionais para que sejam mais incluídos, acesso generalizado à Educação Básica, altos índices da população concluindo o Ensino Superior, valorização docente com carreira de progressiva qualificação e melhoria dos padrões salariais, o Ensino Público e o Ensino Privado em simétrica paridade com ética e responsabilidade, organização do currículo, combate à violência, enriquecimento cultural e científico, importância do processo de avaliação.

Para que as dificuldades sejam sanadas, não se deve somente esperar que o poder público resolva, já que uma parte dos problemas surge no âmbito escolar e, nesse caso, os mais preparados para lidar com a situação e buscar estratégias para solucioná-los é a equipe escolar, envolvendo os alunos, seus responsáveis e a comunidade, o gestor, o corpo docente e todos os envolvidos e interessados na gestão escolar.

Portanto, é importante conceber a comunidade escolar como uma entidade social participativa, garantindo um processo de Gestão de Colegiado democrático e atuante. Sendo assim, questiona-se como a Gestão Escolar pode legar subsídios para a construção de um Colegiado autônomo e eficaz melhorando a Instituição no sentido de torná-la democrática, descentralizada e participativa.

Deve-se dar importância também aos parâmetros utilizados para atuação dos agentes do Colegiado Escolar no aprendizado da participação, através da prática democrática, vivenciada no interior da escola, por meio de decisões construídas coletivamente, tendo aval dos pressupostos da Gestão Escolar. É preciso que eles ofereçam condições de os integrantes da comunidade escolar acompanhem e façam reflexões sobre os recursos aplicados à educação, bem como, a aprovação das verbas, analisando como são as reuniões pedagógicas da escola, refletindo acerca da valorização do Colegiado Escolar para que ele participe e co-participe dos acontecimentos cotidianos.

8 REFERÊNCIAS

- APPLE, M. ; BEANE, J. (Orgs.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARROYO, M. G. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise no trabalho**. Petropolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Formação de gestores da educação pública: Liderança educação e gestão escolar**. Juiz de Fora: CAED, 2009.
- FERREIRA, A. B. H. De. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MACHADO, M. A. C.A. Ação coletiva. In: **Revista AMAE educando**. Belo Horizonte, nº 235, maio de 1993.
- MIRANDA, G.V. Administração educacional: os desafios. In: **Revista Administração da educação**. ANPAE, RBAE. Brasília, outubro de 1991.
- RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

SEE/MG. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Projeto incluir: caderno de textos para a formação de professores da Rede Pública de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2006.

TEIXEIRA, B. de B. **Por uma escola democrática**: colegiado, currículo e comunidade. São Paulo: FEUSP, 2000 (Tese de Doutorado).

TEIXEIRA, B. de B; OLIVEIRA, D. A. Os eixos organizadores da educação no Brasil. In: SALGADO, M. U; MIRANDA, G. V. **Veredas-formação superior de professores**: módulo 1. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

WEFFORT, L. C. Escola participação e representação formal. In: SILVA, L. Z; AZEVEDO, J. P. C. (Orgs.). **Paixão de aprender II**. Petropolis: Vozes, 1995.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“ESCOLA MUNICIPAL JONAS BARCELLOS CORRÊA”

PATRÍCIA MACEDO MOSTAFA DE MORAES

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“ESCOLA MUNICIPAL JONAS BARCELLOS CORRÊA”

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Professora Mirian Queiroz de Souza Daniel.

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2010.

“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que ele seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da

democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda...” (FREIRE, Pedagogia da Autonomia. 1996, p.115)

SUMÁRIO

1-Introdução.....	5
1.1-Identificação da Instituição.....	5
2-Finalidades da Escola.....	6
3-Estrutura organizacional.....	6
4-Currículo.....	9
4.1 Ciclos.....	11
4.1.1 - 1º Ciclo.....	11
4.1.2 - 2º Ciclo.....	11
4.1.3 - 3º Ciclo.....	12
4.1.4 – Ensino Regular Noturno.....	12
5-Tempo e espaços escolares.....	12
6-Processos de decisão.....	13
7-Relações de trabalho.....	14
8-Avaliação.....	15
9- Referências Bibliográficas.....	17

1. INTRODUÇÃO

1.1 Identificação da Instituição

O Projeto Político Pedagógico apresentado refere-se à Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa, localizada à Rua E, nº240 no Bairro Petrópolis em Belo Horizonte, Minas Gerais. A fundação da escola data de 08 de fevereiro de 1981 e a mesma fica localizada na Regional Barreiro.

O Projeto Político Pedagógico é fruto de um trabalho coletivo que registra um momento da escola, do qual nunca poderá corresponder à totalidade do que acontece, por ser a escola um espaço dinâmico e interativo. É um registro temporal que sustenta posições e orientações educacionais que são fluídas pela própria natureza do espaço escola.

O Projeto Político Pedagógico metodologicamente foi construído utilizando a centralidade do trabalho (reflexão, avaliação, discussão pontual sobre a prática, localizando-a na teoria, com os ajustes e reformulações demandados) como princípio educativo e formador, focando a sistemática observação e avaliação sobre a prática (organização escolar), em que a análise do que é executado permite verificar distorções, acertos, avanços, contradições e erros.

O Projeto Político Pedagógico não se resume a uma definição de conteúdos, objetivos, atividades e metodologia, estabelecidos por faixa etária. Mais do que isso, aborda aspectos relativos à organização, funcionamento, relações e articulações que criam as condições essenciais para a viabilização da prática pedagógica na escola. Dessa forma, os conteúdos, objetivos e métodos abordados como uma construção histórica se constitui numa categoria abrangente e inclusiva.

Ao optar por uma construção coletiva, busca-se não apenas comprometer todos os sujeitos com a organização do cotidiano escolar, mas também, promover

uma avaliação coletiva da prática individual e do trabalho, principalmente das resultantes deste último, explicitando conflitos, questionando posições, consultando a comunidade e fazendo as escolhas.

Acredito que o Projeto Político Pedagógico não representa a totalidade do pensamento e da prática educativa desta escola, mas tenta se aproximar da verdade das opções.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A escola, enquanto instituição vem sofrendo transformações significativas ao longo dos tempos. Num dado momento histórico, essa tinha características seletivas e excludentes. Hoje o projeto escola está orientado para a inclusão e a ampla inserção social. Um modelo não substitui o outro, pois esses coexistem no interior da escola estabelecendo uma “tensa” relação na construção de nossa concepção e nas nossas possibilidades de mudança.

Diante disso, tem-se que a escola pode ser concebida como um espaço social rico em experiências e adequado para promover e aprofundar o contato com os conhecimentos socialmente produzidos. A formação humana se dá de diversas formas, por isso defende-se uma prática educacional orientada pelo respeito e valorização da diversidade.

Deve-se procurar trabalhar transversalizando conhecimentos, potencializando o amplo contato dos alunos com projetos e atividades significativas para o desenvolvimento individual e coletivo.

Trazemos como desafio, para nossa concepção, nos realizamos, continuamente, como um espaço de pleno respeito às diferenças, socialização de culturas e permeável à ativa participação da comunidade.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa se organiza de acordo com as diretrizes político pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, estruturando-se por ciclos de formação, que partem de dois princípios básicos:

Ciclos	Idade	Fase de desenvolvimento
1º ciclo	6, 7, 8/9 anos	Infância
2º ciclo	9, 10, 11/12 anos	Puberdade
3º ciclo	12, 13, 14/15 anos	Adolescência
Ensino Fundamental Regular Noturno	Acima de 14 anos	Adolescência, jovens e adultos.

A escola funciona em três turnos diariamente, onde o primeiro turno atende o 2º e 3º ano do 2º ciclo e todo o 3º ciclo. O segundo turno atende o 1º ciclo e o 1º e 2º ano do 2º ciclo. O Ensino Regular Noturno atende ao público de adolescentes, jovens e adultos e a organização não se dá por ciclos e sim por anos (1º ao 8º ano).

O quadro de pessoal é organizado conforme a legislação vigente, a composição da Direção pelo Diretor e Vice-Diretor que é feita por eleição direta e possuem competências definidas para cada um, devendo cumprir a carga horária de 40 horas semanais. A Secretária escolar tem suas competências referentes aos trabalhos de secretaria da unidade escolar, tendo que desenvolvê-lo definindo competência e padrão de desempenho, colaborando com a Direção da escola no planejamento e execução das atividades escolares. Na secretaria atuam também os Auxiliares de Secretaria que executam as tarefas necessárias nos trabalhos da secretaria com a coordenação da Secretária ou da Direção da escola. A escola tem que funcionar ininterruptamente nos três turnos trabalhando coletivamente para a gestão administrativa e pedagógica da escola. O corpo docente que é composto pelos professores trabalhando em consonância com o projeto político pedagógico e que é constituído por professores concursados para o 1º, 2º e 3º ciclos, devem organizar seus trabalhos ao longo do ciclo. Para a escolha do professor referência deverá ser considerado o perfil e o desejo de cada professor em atuar. No 2º ciclo a

equipe é constituída prioritariamente por professores com habilitação para docência no 1º e 2º ciclos, porém os professores de disciplina específica podem fazer parte desse ciclo de formação, desde que considerada a organização do trabalho. A escola deve manter o mesmo grupo de professores ao longo dos três anos do ciclo e uma observação é que o professor do 3º ciclo ao integrar a equipe do 2º, não poderá dividir sua carga horária entre turmas do final do 2º ciclo e turmas do 3º ciclo. Os professores de disciplina específica, portanto, não poderão fragmentar seus horários nas turmas de final de 2º ciclo. É importante que se garanta a responsabilidade de cada professor de disciplina específica em atividades interdisciplinares. A escola também é composta de uma biblioteca gerenciada por uma pessoa com cargo efetivo e formação em biblioteconomia. Na escola atua uma bibliotecária que comparece algumas vezes por mês, já que fica instalada na escola pólo e assiste as demais escolas da região também. As Auxiliares de Biblioteca devem compor cada turno da escola e a função pode ser ocupada tanto por servidor concursado na área quanto por professor em readaptação funcional. Os Auxiliares de Escola tem uma jornada de 6 horas diárias e exercem atividades gerais e específicas de acordo com a necessidade, sendo que a escola possui seis pessoas e todas em readaptação funcional, não podendo exercer as atividades definidas para o cargo. A escola possui profissionais contratados pela Caixa Escolar que estão em conformidade a Consolidação das Leis Trabalhistas.

A escola possui serviços e programas complementares como biblioteca, laboratório de ensino de ciências, laboratório de informática, programa saúde na escola que, trata-se de uma política intersetorial. Possui o programa Escola Aberta nos finais de semana, escola nas férias, programa família escola, ampliação da jornada do estudante com o oferecimento da educação integral por meio da ampliação dos horários das atividades educativas na perspectiva de uma cidade educadora. Os alunos são atendidos no contra turno e utilizam os recursos e espaços existentes fazendo parte também almoço e lanche.

A Escola Integrada é uma política municipal de Belo Horizonte, que estende o tempo e as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes do ensino fundamental nas escolas da Prefeitura. São nove horas diárias de atendimento e os

estudantes se apropriam cada dia mais dos equipamentos urbanos disponíveis, extrapolando os limites das salas de aula e do prédio escolar. Estas oportunidades são implementadas com o apoio e a contribuição de entidades de ensino superior, empresas, organizações sociais, grupos comunitários e pessoas físicas.

4. CURRÍCULO

Em constante estado de construção/ reconstrução, a proposta curricular da Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa, pode ser identificada como a resultante da “tensa” negociação entre dois grupos: um com tendência mais “conservadora” e outro com tendência mais “progressista”. É relevante observar que a referida “tensão”, diz respeito à relação entre as matrizes teóricas que orientam a prática dos professores, nada tendo a ver com as relações interpessoais estabelecidas entre esses profissionais.

O grupo identificado como “conservador”, está ligado a “tradição” (Escola Tradicional), fundamentado em um Ensino Humanístico, que considera que os alunos atingirão plena realização pessoal, através do conhecimento e do saber, alcançado pelo esforço próprio, sob a orientação do professor, especialista e organizador de conteúdos e procedimentos de ensino (Pedagogia da Essência). Portanto, para esse grupo é indispensável que a escola tenha autoridade e possibilite ao educando o contato com as grandes realizações da humanidade. Valoriza-se a autoridade, os conhecimentos já construídos, a disciplina escolar, retenção de conteúdos, a transmissão e preservação de conteúdos culturais, orientação, organização lógica, disciplina escolar, cópia de modelos pré existentes, apreensão, sistematização do saber, ruptura da relação escola/meio.

O segundo grupo, denominado “progressista”, busca a ponderação e síntese dos pontos positivos da educação tradicional, mas tenta romper a lógica estruturante e antidemocrática. Portanto, buscam uma lógica educacional pensada como uma adaptação da escola à sociedade, mais uma construção simultânea de escola e sociedade. Fundamentada, portanto, a partir do materialismo histórico-dialético, busca valorizar o indivíduo (aluno) como síntese de múltiplas inter-relações sócio-culturais, considerando-o enquanto sujeito enraizado, sócio historicamente e politicamente no presente.

Esse grupo apresenta propostas que buscam orientar os conhecimentos, conteúdos e modelos educativos num sentido mais próximo ao mundo do aluno, focando o presente como fonte de valores, o social e o coletivo em detrimento do individual, a sociedade de forma crítica e contextualizada, passível de mudança e o educando como um dos sujeitos dessa mudança.

Da “tensão” entre esses grupos encontra-se como resultante uma escola que, em seu trabalho cotidiano, transversaliza conhecimentos utilizando as mais diversas formas de atuação (projetos, integração de disciplinas para o trabalho de temas transversais, visitas pedagógicas, debates e outros). Nessa tensão explicitam-se muitas vezes contradições entre a proposta curricular e a prática educativa orientadas, em alguns momentos, em caminhos inversos, mas numa proposta curricular fluída, com ações e trabalhos relevantes e ricos para alunos, professores e comunidade.

Coletivamente, constata-se que eu esse trabalho é construído de forma inconsciente, face a falta de reflexão constante sobre o assunto, visto que as mudanças são contínuas, e a escola tenta acompanhar de perto e participativamente as transformações do e no mundo, a fim de possibilitar vivências mais ricas e atuais a seus alunos. Por isso, prosseguir na construção de um currículo orientado ao objetivo da escola é um dos primeiros desafios a serem enfrentados a partir dos próximos anos.

Os profissionais da Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa têm se articulado em torno desse objetivo (“... trabalhar os conhecimentos, orientando valores, buscando a inserção do aluno para que este vivencie vários processos de leitura do mundo”), organizando e reorganizando-se constantemente, e às suas práticas individuais e coletivas, orientando-se pelos princípios da Escola Plural. Por isso, em que pese os conteúdos trabalhados diariamente, e que têm seu lugar e importância no processo ensino/aprendizagem, a escola tem procurado se articular em torno de atividades significativas, vivências e temas transversais.

Por isso, buscamos propiciar aos alunos situações que estimulem sua relação com o conteúdo em contextos vivenciais e interativos, criando situações de diálogo

intra e entre as disciplinas para que os alunos possam re significar o seu conhecimento do mundo. Esse desafio coloca-se para nós a cada dia, a cada momento de convivência e aprendizagem entre professores e alunos, sendo nosso desafio mais instigante e ao mesmo tempo prazeroso.

4.1 CICLOS

4.1.1 - 1º CICLO

As crianças dessa faixa etária possuem características semelhantes que são resultantes de sua interação com o meio sócio-cultural onde vivem.

Pensar a Proposta Curricular para o 1º ciclo implica em considerar essas características e também o fato de que, apesar de apresentarem uma característica comum, o desenvolvimento de cada criança diferencia-se de um para o outro.

O objetivo curricular central no 1º ciclo deve ser o eixo socialização/alfabetização situando o letramento em segundo plano, se considerarmos algumas postulações teóricas que o colocam como consequente consolidação dos conhecimentos construídos na alfabetização e letramento.

4.1.2 - 2º CICLO

Nessa faixa etária, o pré-adolescente vivencia mudanças biológicas, estreitamento dos laços de amizade e relações afetivas com o sexo oposto, possibilidades de ampliação do conhecimento e do pensamento abstrato, afirmação da autonomia e abandono do egocentrismo.

Do ponto de vista das competências, nosso trabalho visa ajudar a ampliar e consolidar o processo de alfabetização e letramento, além de promover o aprofundamento do conhecimento e das vivências.

4.1.3 - 3º CICLO

É a fase do desenvolvimento relacionada à ruptura de conceitos e contestação de valores. É nessa fase que o sujeito constrói sua autonomia e passa a ter mais consciência dos limites e possibilidades que lhe são impostos pelo contexto sócio-cultural no qual está inserido.

Uma proposta que contemple essa faixa etária (bem como a anterior) deve levar em conta os conflitos internos e externos vivenciados pelos adolescentes a partir das relações estabelecidas, a fim de que o currículo contemple o conhecimento formal bem como seus interesses, vivências e experiências.

4.1.4 – Ensino Regular Noturno

A Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa trabalha a lógica do Ensino Fundamental Regular com os alunos do noturno. A proposta de trabalho dos profissionais desse turno está explicitada em projeto próprio, bem como as escolhas político pedagógicas sobre currículo, prática docente, tempo escolar e demais tópicos referentes à organização do trabalho educativo na escola.

5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar no 1º turno está organizado por disciplinas, o que, com o uso dos livros fornecidos pelo MEC, como ponto de partida para o trabalho dos conteúdos em sala de aula, aparenta a lógica da seriação, sem o ser na verdade. Os horários de ACPATE (Planejamento) são trabalhados através da transversalização de temas e, às vezes, interdisciplinaridade.

No 2º turno a organização de trabalho com as turmas é feita com o professor referência e o professor de projetos, que são: Literatura, Filosofia, Arte e Educação Física.

O Ensino Regular Noturno se organiza com 15 aulas semanais de módulos de 1 hora cada. A estrutura do trabalho, nesse turno, é feita na forma de planejamento anual de atividades e projetos. Atento aos oito anos de escolaridade obrigatória, o

noturno organiza-se em dois segmentos: o 1º segmento corresponde do 1º ao 5º ano cujo objetivo é a alfabetização e letramento, prioritariamente voltados ao aperfeiçoamento da comunicação e o aprendizado da leitura e escrita, sendo a organização docente efetivada por professor referência. No 2º segmento, corresponde aos 3 anos restantes da escolaridade obrigatória de oito anos de escolaridade e a organização realiza-se em torno das áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Artes e Inglês).

6. PROCESSOS DE DECISÃO

Dentre os serviços pedagógicos defini-se uma equipe de Coordenação Pedagógica formada pelo Diretor, Vice-Diretor e professores escolhidos entre seus pares que têm como responsabilidade a coordenação, administração e articulações necessárias para o desenvolvimento das propostas pedagógicas.

Quanto à Assembléia Escolar, trata-se da instância máxima deliberativa da escola e é composta por todos os integrantes do coletivo de trabalhadores em educação, estudantes, pais ou responsáveis pelos alunos e grupos comunitários. O Presidente da assembléia é o Diretor da escola ou seu substituto legal. A assembléia deve ser registrada em ata e possuir um quórum mínimo de 10% do número de alunos matriculados. As assembléias são realizadas em dias letivos.

O Colegiado Escolar é um órgão consultivo, normativo e deliberativo e cabe-lhe decisões e critérios gerais relativos à vida escolar.

A Associação sindical dos trabalhadores em educação deverá ter garantida a entrada de representantes sindicais na sala dos professores e os materiais serem distribuídos em locais visíveis. Cabe à Direção liberar os representantes dos trabalhadores da escola para a participação em plenárias de representantes do SIND-REDE, resguardando os direitos dos trabalhadores que optarem em não participar das plenárias.

A Caixa Escolar é uma sociedade civil de caráter jurídico, de direito privado, sem fins lucrativos que deve administrar os recursos transferidos pelo município, pelo

Governo Federal e pela União; Gerir recursos advindos de doações da comunidade escolar e de entidades privadas; Controlar recursos provenientes da promoção de eventos escolares e outras fontes; Custear as atividades pedagógicas, a manutenção e a conservação física do prédio escolar e de equipamentos, bem como aquisição de funcionários e estagiários necessários ao funcionamento da escola; Prestar contas da utilização dos recursos repassados através de boletins informativos.

A organização escolar da Rede Municipal de Belo Horizonte compõe-se de Educação Básica e é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Proposta Pedagógica de cada instituição deve ser construída coletivamente, por todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, em processo amplo de discussão e participação.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

O corpo docente que é composto pelos professores trabalhando em consonância com o projeto político pedagógico e que é constituído por professores concursados para o 1º, 2º e 3º ciclos que devem organizar seus trabalhos ao longo do ciclo. A escola possui um grupo de profissionais bem preparados para o exercício da função, sendo que quase sua totalidade é composta por graduados e 60% possuem curso de especialização *latu sensu*.

Os professores lotados na escola em sua maioria estão por vontade própria e afirmam gostar da escola. As reclamações mais freqüentes do coletivo dizem respeito à ausência da participação da comunidade, mais especificamente dos pais dos alunos na vida escolar dos filhos. A participação torna-se mais numerosa em festejos.

O professor é concebido como um mediador, facilitador do conhecimento e das relações estabelecidas no processo de ensino/aprendizagem. Atua como facilitador e sistematizador, junto ao aluno, dos diversos conhecimentos, valores, atitudes e outros.

Nesse contexto, o ato de educar tem no professor a somatória de habilidades, conhecimentos, atitudes e opiniões diversificadas. Essa riqueza de contribuições complementares não se restringe à competência técnica nas áreas curriculares. Atualmente, o bom professor não pode ser apenas especialista em sua área. Ele precisa entender a criança, o adolescente e também o mundo, em que vai inserir o conhecimento que transmite.

O aluno é um sujeito ativo e participativo, envolvido pelo processo de ensino/aprendizagem. Traz questionamentos, soluções e diferentes formas de aprender, vivificando o processo de aprendizagem no convívio com a diversidade, com a interação e com os diversos segmentos do ambiente escolar.

Cada aluno descobre e experimenta sua função, seu papel e sua influência no grupo, desenvolvendo uma relação afetiva com a escola e a comunidade que nela convive.

A comunidade escolar tem como objetivo consensual, trabalhar os conhecimentos, orientando valores, buscando a inserção do aluno para que este vivencie vários processos de leitura do mundo.

A comunidade escolar aponta esse objetivo como orientação e fim para uma prática educativa de sucesso da escola. Pais, alunos e professores entendem que se orientar por este indicativo, potencializa a necessária inclusão das crianças, jovens e adultos desta escola na sociedade atual, fortalecendo uma política social verdadeiramente inclusiva.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação é o processo que permite analisar e qualificar as atividades docentes e discentes e as condições educativas, tomando como referência as finalidades e os objetivos do sistema educacional da escola, em torno dos quais se tem organizado as atividades de ensino/aprendizagem.

É uma atividade cotidiana dos seres humanos: envolve análise das situações com que nos defrontamos. Segundo Luckesi "...é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Entretanto, para Luckesi, a avaliação (conjuntamente com o planejamento) está a serviço da construção de resultados, no sentido da continuidade e constante "ver e re-ver" os caminhos do processo educativo em direção aos objetivos formativos e socializantes estabelecidos pelo coletivo.

A avaliação é parte do próprio processo de aprendizagem e não é um apêndice que estabelece e qualifica o grau de ajuste dos alunos com uma resposta única que o docente define. Para a avaliação das aprendizagens dos alunos, fixamos os critérios de avaliação para cada ciclo, etapa e unidade. Esses critérios correspondem a competência que se espera desenvolver no aluno em consequência do processo de aprendizagem, de acordo com os objetivos previstos.

No entanto a proposta de avaliação é formativa e constituída de vários instrumentos que vão desde o teste criterioso, descrevendo de modo analítico um nível de aquisição, até a observação dos métodos de trabalho, dos procedimentos, dos processos intelectuais dos alunos. Temos também construídos, os meios de registro da aprendizagem atingida ou em via de aquisição, bem como os métodos de trabalho, as atividades, os funcionamentos mentais e como se pretende interagir junto aos alunos, quer que seja através de regulações pró-ativas, interativas ou retroativas.

Ocorre ainda, no interior das práticas avaliativas da Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa a concepção da avaliação fora do espaço formal de aula, através da utilização de espaços socializantes. Os momentos e formas de avaliação do ensino noturno extrapolam as paredes da sala de aula, porque o aluno é avaliado no pátio, durante apresentações, durante as Atividades Curriculares Alternativas (ACA) e em diversas outras situações vivenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete. O Projeto Político-Pedagógico no contexto da gestão escolar. In: **A Educação como política pública**. Autores Associados, 3ª ed. 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação: Um campo de atuação do gestor escolar na escola.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola** .